

# O DESFALECIMENTO DA CAFEICULTURA NO ESTADO DE S. PAULO

O sr. Antonio Bento Ferraz, do Conselho Consultivo da Sociedade Rural Brasileira, fez as seguintes observações sobre a situação da cafeicultura nacional e mundial, em reunião semanal da entidade:

«Terminada a Conferência Internacional dos países produtores e consumidores de café, realizada em New York, sob os auspícios das Nações Unidas, verifica-se que seus resultados são idênticos aos dos Convênios anteriores, pois os nossos concorrentes vendem quase tudo o que produzem, ficando o Brasil como praticamente o único país detentor de sobras que, em 30 de junho próximo futuro, deverão andar ao redor dos cinquenta milhões de sacas.

Desta formidável massa de café, pôde e deve ser retirado através de rebenefício, vinte por cento, mais ou menos, de cafés inferiores e impróprios para exportação, restando, portanto, quarenta milhões de sacas de cafés amélicos para piores, que poderão ser exportados.

No Estado de São Paulo o ciclo do café está praticamente acabado, e, segundo tudo indica, dentro de pouco vai ser difícil, no interior de nosso Estado, deparar-se com uma paisagem onde se constata um cafezal.

O Estado do Paraná, apesar das geadas que inutilizaram boa parte da produção do ano e que deixaram perto de trezentos milhões de árvores irrecuperáveis, continuará fornecendo, juntamente com o pouco produzido em São Paulo, Sul de Minas e Espírito Santo, o necessário para a exportação, em perfeito equilíbrio, continuando, em vista disso, as sobras acumuladas nos reguladores a ser a nossa diferença e a fazer pressão sobre o mercado, estragando estatísticas e deteriorando preços.

Mas, tanto em São Paulo como no norte do Paraná, o cheque mate na cultura do café está sendo dado pela ameaça da extensão das leis sociais, da cidade para o campo, e pela inflação que, elevando assustadoramente o custo da mão-de-obra e das utilidades em geral — adubos, inseticidas, maquinarias, etc. —, vai fazer com que poucas propriedades, entre as quais se acham as formadas e tratadas por capitalistas sem tradição na cafeicultura para fugir ao imposto de renda, escapem ao declínio e desaparecimento, a não ser que, as autoridades administrativas responsáveis pela política do café, mudem completamente de orientação, começando pela abolição total do confisco, hoje batizado com o nome de Cota de Contribuição, que, da próxima safra em diante, não terá mais razão de ser, pois, como estamos vendo, não haverá mais sobras a serem retiradas do mercado.

O que mais necessitamos no presente momento é de pôr ordem nos negócios do café, principalmente na sua comercialização e, de um modo especial, na sua industrialização, ou melhor na fabricação em larga escala do café solúvel, único meio de conseguirmos novos mercados e de sairmos deste nosso grande estoque composto de cafés médios e baixos, sem nos esquecermos de que, daqui por diante, as áreas fortes de produção são de cafés próprios para o solúvel, porquanto os bons cafés produzidos no Estado de São Paulo estão praticamente liquidados».

# ASSINATURA DO CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ A LONGO PRAZO

Vinte e três países, cujos representantes se reuniram na sede das Nações Unidas, assinaram, a 28 de setembro p.p., o Convênio Internacional do Café que, com a vigência de cinco anos, abrange a cooperação entre produtores e consumidores, fruto de difíceis negociações realizada no verão passado. O propósito do acordo é o de estabelecer os preços do café, aumentar sua produção e, assim, incrementar a força aquisitiva dos países produtores de café.

Mitchell V. Sharp, do Canadá, presidente da Conferência do Café das Nações Unidas, prognosticou que muito outros países assinarão o acordo.

A junta de diretores do acordo cafeeiro a curto prazo ainda em vigor, continuará a funcionar interinamente, até que assumam suas funções a nova administração. As quotas de exportação para o período de outubro à dezembro serão as especificadas no novo acordo.

O embaixador Frazão, que assinou o acordo em nome do Brasil, o qualificou de edificante exemplo de cooperação e lembrou que, durante as negociações do último verão, as havia definido de última esperança para disciplinar a anarquia e o caos que reinava no mercado do café. Expressou a esperança de que todas as nações signatárias cumpram, religiosamente, o acordo e tenham a coragem de fazer o que suas cláusulas exigem. Afirmou que não havia outra solução para o problema do café, senão disciplinar o mercado de café e os produtores.

O novo acordo tornar-se-á definitivamente efetivo quando tiver sido assinado por vinte produtores e dez consumidores. Os vinte e três países que o assinaram são: — produtores — Brasil, Burundi, Cameroun, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Honduras, Haiti, Madagascar, México, Peru, Guatemala e Venezuela; — consumidores — Bélgica, Bolívia, França, Argentina, Itália, Japão, Espanha, Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Os delegados ressaltaram dois pontos em seus discursos: 1) o tratado de um acordo pioneiro que levará a acordos sobre outras matérias-primas; 2) O novo Conselho do Café deve aplicar na prática o acordo por ora só assentado no papel, dando vida a esse importante documento. Manifestou-se a esperança geral de que deficiências do acordo sejam corrigidas futuramente, na prática.

Três países, o Equador, a Índia e a Etiópia, não quiseram aderir ao acordo. A explicação dada pela Etiópia e pela Índia foi a de que não sabiam nem quanto café necessitariam exportar no futuro, nem as reservas do produto que teriam disponíveis. Informa-se que o delegado do Equador recebeu instruções tão rigorosas de seu governo, que se recusou a assinar o acordo, porque a última hora se rejeitaria um ajuste de alguns milhares de sacas a favor de seu país.

O embaixador norte-americano Adlai Stevenson afirmou que a ocasião deveria ser marcada por solenidade e por alegria. Acrescentou que se superaram dificuldades e que o acordo representa um grande passo na direção do estabelecimento de uma política cafeeira universal para o mundo. Declarou que o progresso econômico, o café e a ajuda internacional estão entrelaçados, e que o novo acordo, uma vez aplicado na prática com êxito, ajudará milhões de pessoas menos privilegiadas a fazer progresso político a obter a maior dignidade que advém da liberdade de carência.

Três países produtores da América Latina, que haviam afirmado não estarem satisfeitos com as quotas que lhes foram destinadas no Convênio, mudaram de atitude, antecipando que assinarão o histó-



rico documento. Foram eles a Guatemala, Honduras e Nicaragua.

O delegado da Alemanha à Conferência prometeu que seu país assinaria antes de 30 de novembro de 1962, prazo que se fixou para dar esse passo. O mesmo prometeu a Suécia.

A ratificação formal, contudo, estará aberta até o mês de novembro de 1964.

Além de todos os produtores latino-americanos, exceto o Equador, o Convênio também contaria com a assinatura dos dois consumidores da região: Argentina e Chile.

A Guatemala, Honduras e Nicaragua, ao que parece, mudaram de atitude na esperança de que o Conselho venha a reconsiderar suas quotas.

## CONSUMIDORES

Os Estados Unidos, França, Itália e Grã-Bretanha, entre os grandes consumidores, deram seu apoio unânime ao Convênio negociado na ONLI, durante sete semanas, em uma conferência que terminou a 25 de agosto último.

## OS PRODUTORES

Os principais produtores do mundo, com os latinos-americanos Brasil, Colômbia, Mé-